



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL EM 26.09.2016

Aos 26 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede da Vara Trabalho de São Gabriel o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 0005323-91.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Eduardo Duarte Elyseu, pelo Diretor de Secretaria Valerio Ubirajara Godinho Teixeira Torres e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 07.05.1993

**Data da última correição realizada:** 03.09.2015

**Data de Implantação do PJe:** 08.10.2015

**Jurisdição:** Santa Margarida do Sul, São Gabriel e Vila Nova do Sul

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 26.09.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 1.2 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Eduardo Duarte Elyseu	Juiz Titular	Desde 27.01.14

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.09.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara Trabalho de São Gabriel pertence à 102ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de Juiz Singular.

##### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
----------	------------	-----------------	-------



1	<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	Desde 27.01.2014	Juiz Titular	02 anos, 07 meses e 30 dias
2	<b>Rita de Cássia da Rocha Adão</b> (Juíza Titular da Vara do Trabalho de Rosário do Sul)	07.01 a 05.02.15	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	29 dias
		21.01 a 04.02.16	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	15 dias
		18.07 a 20.07.16	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	03 dias
3	<b>Jorge Fernando Xavier de Lima</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	16.07 a 30.07.15	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	15 dias
		01.08 a 14.08.15	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	14 dias
		07.01 a 20.01.16	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	14 dias
		05.02 a 09.02.16	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	05 dias
4	<b>André Vasconcellos Vieira</b> (Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé)	21.07 a 16.08.16	Atuou em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	26 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.09.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	Eduardo Duarte Elyseu	Férias	07.01 a 05.02.15	30
		Férias	16.07 a 30.07.15	15
		Férias	03.08 a 16.08.15	14
		Férias	07.01 a 09.02.16	34
		Férias	18.07 a 16.08.16	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.09.2016)

### 1.3 SERVIDORES

#### 2.2.1 Servidores Lotados

Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1 Valerio Ubirajara Godinho Teixeira Torres	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretor(a) de Secretaria (CJ3)</b>	05.05.1993



2	Deborah Rodrigues Coelho	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	06.03.2014
3	Marcos Flavio Meyer	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	01.06.2001
4	Andreia Furlan Possati Heberle	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Secretário(a) de Audiência (FC03)</b>	12.07.2005
5	Carlos Felipe Amoretti	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	18.02.2009
6	Patricia Kraetzig Azevedo	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	26.10.2015
7	Sinval de Oliveira Rodrigues	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	30.06.2008
OFJ	Luis Guerino Teixeira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.10.1996

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.09.2016)

\* Lotação (0005178-06.2014.5.04.0000): aumentada para 7 servidores; OJ: 2 servidores.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
564,67 processos	501 a 750	<b>7 servidores</b>	7 a 8 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Gabriel está de acordo com os parâmetros previstos nas referidas normas.



### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Valerio Ubirajara Godinho Teixeira	Curso ou Evento (CURS)	06	12
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	06	
Deborah Rodrigues Coelho	Curso ou Evento (CURS)	03	32
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	29	
Marcos Flavio Meyer	Curso ou Evento (CURS)	05	06
	Curso Parcial	01	
Andreia Furlan Possati Heberle	Curso ou Evento (CURS)	01	189
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Licença-Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	
Carlos Felipe Amoretti	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	04	01
	Curso ou Evento (CURS)	01	
Patricia Kraetzig Azevedo Desde 26.10.2015*	Curso ou Evento (CURS)	09	15
	Curso Parcial	01	
	Prazo para deslocamento- PD	05	
Sinval de Oliveira Rodrigues	-	-	-
Luis Guerino Teixeira	Curso Parcial	01	68
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	67	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.09.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

### 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na unidade judiciária, a partir de 15.06.2015, houve limitação de expediente externo ao horário das 12h às 18h e interno ao horário das 08h às 18h, mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, conforme a Portaria nº 02/2015, expedida pelo Juiz Eduardo Duarte Elyseu.



## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Não houve movimentação de servidores na unidade durante o período correcionado.

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Alexsandro Dorneles Vieira	Superior em Direito	01.09.2016 a 28.02.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.09.2016)

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL\*

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara Trabalho de São Gabriel foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 500 a 750 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 501 a 750 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alegrete - 01a Vara	474	537	583	531,33
Lagoa Vermelha - 01a Vara	476	620	559	551,67
<b>São Gabriel – 01ª Vara</b>	<b>622</b>	<b>671</b>	<b>401</b>	<b>564,67</b>
Três Passos - 01a Vara	685	732	721	712,67
Unidades com 501 a 750 processos por ano	2.257	2.560	2.264	590,08

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	683	564	-17,42%	498	-11,70%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de liquidação**	155	168	8,39%	119	-29,17%
Pendentes de finalização na fase de execução***	507	469	-7,50%	521	11,09%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	18	20	11,11%	13	-35,00%
<b>Total</b>	<b>1.363</b>	<b>1.221</b>	<b>-10,42%</b>	<b>1.151</b>	<b>-5,73%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

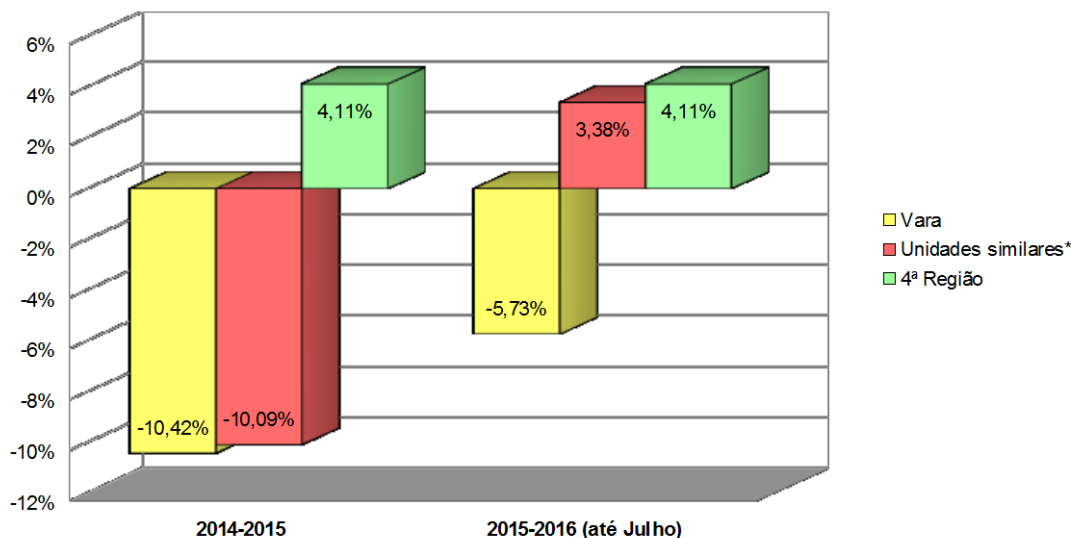
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 10,42% no estoque de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 119 processos).

A variação do acervo de processos na Vara Trabalho de São Gabriel em 2015 foi similar ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que recuou 10,09%, mas foi qualitativamente muito superior a média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a julho de 2016, o estoque de processos tramitando recuou 5,73%, índice qualitativamente melhor que a média das Unidades com tramitação processual similar e que a média regional no período, que apresentaram aumento no acervo de processos tramitando, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
<b>Casos novos</b>	671	401	-40,24%	260	-35,16%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	6	8	33,33%	1	-87,50%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	704	506	-28,13%	275	-45,65%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>373</b>	<b>289</b>	<b>-22,52%</b>	<b>270</b>	<b>-6,57%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

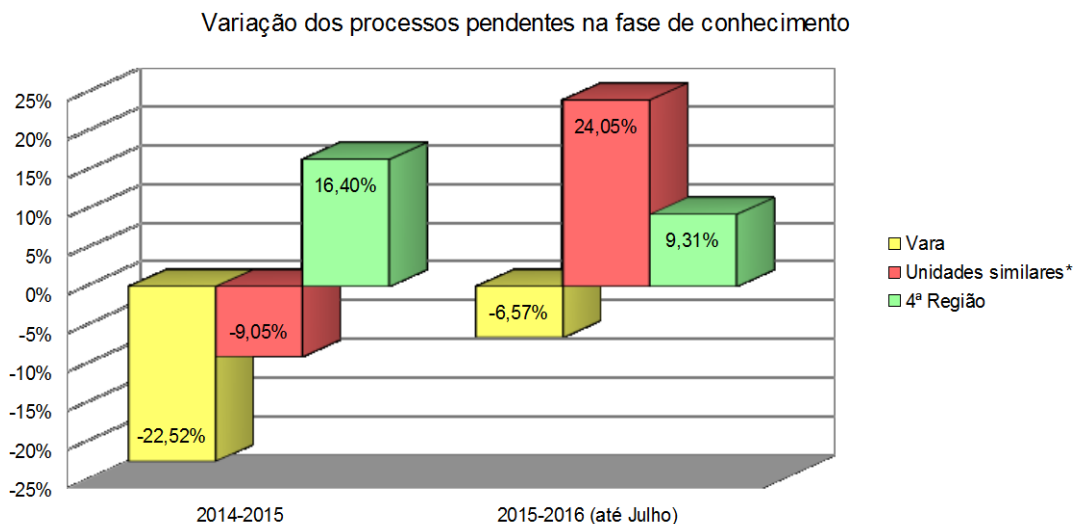
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma queda de 22,52% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 373 para 289 processos). Referida queda foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram um recuo de 9,05% em seus processos pendentes) e inferior qualitativamente melhor que todo o regional, em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento amentou 16,40%. O principal motivo para esta redução do estoque na Unidade foi uma queda de 40,24% no número de casos novos e nos processos pendentes do ano anterior.

Outrossim, os dados dos sete primeiros meses de 2016 apontam redução de 6,57% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi melhor do que à média das unidades com tramitação processual similar e que a média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, as quais



apresentaram aumentos de 24,05% e 9,31%, respectivamente, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (47,75%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	32	55	71,88%	70	27,27%
Aguardando encerramento da instrução	219	138	-36,99%	116	-15,94%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	61	33	-45,90%	29	-12,12%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	61	63	3,28%	55	-12,70%
<b>TOTAL</b>	<b>373</b>	<b>289</b>	<b>-22,52%</b>	<b>270</b>	<b>-6,57%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
São Gabriel – 01ª Vara	104,92%	126,18%	20,27%	105,77%	-16,18%
Unidades similares*	92,03%	106,23%	15,43%	83,23%	-21,65%





<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	85,92%	89,11%	3,72%	89,32%	0,23%
----------------------------	--------	--------	-------	--------	-------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 126,18% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 20,27% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 19,95 e 37,07 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até31.07)	Variação 2015-2016
<b>São Gabriel – 01ª Vara</b>	65,25%	65,37%	0,20%	50,09%	-23,38%
<b>Unidades similares*</b>	64,51%	68,48%	6,15%	48,97%	-28,49%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,82%	55,20%	-1,10%	42,14%	-23,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados Vara Trabalho de São Gabriel foi de 65,37% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 0,2% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 3,11 pontos percentuais mas foi superou a média de toda a 4ª Região em 10,17 pontos percentuais.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	358	50,85	169	33,4	110	40
	<b>Julgado procedente</b>	7	0,99	5	0,99	2	0,73
	<b>Julgado procedente em parte</b>	238	33,81	217	42,89	92	33,45
	<b>Julgado improcedente</b>	50	7,1	61	12,06	35	12,73
	<b>Extinto</b>	6	0,85	4	0,79	12	4,36
	<b>Outras decisões</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>659</b>	<b>93,61</b>	<b>456</b>	<b>90,12</b>	<b>251</b>	<b>91,27</b>
Sem exame	<b>Extinto</b>	14	1,99	32	6,32	9	3,27
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	13	1,85	7	1,38	6	2,18
	<b>Desistência</b>	4	0,57	5	0,99	6	2,18



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

de mérito	Outras decisões	14	1,99	6	1,19	3	1,09
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>45</b>	<b>6,39</b>	<b>50</b>	<b>9,88</b>	<b>24</b>	<b>8,73</b>
<b>TOTAL</b>		<b>704</b>	<b>100</b>	<b>506</b>	<b>100</b>	<b>275</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

No ano de 2015 verificou-se uma queda de 198 processos solucionados na Unidade Judiciária em comparação com o ano anterior, o que representa um recuo de 28,13%. Esse índice se mostra aquém da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, nas quais houve aumento de 2,08% e também da média de todo o Regional que, em 2015, apresentou elevação de 8,19% no número de processos solucionados em relação a 2014.

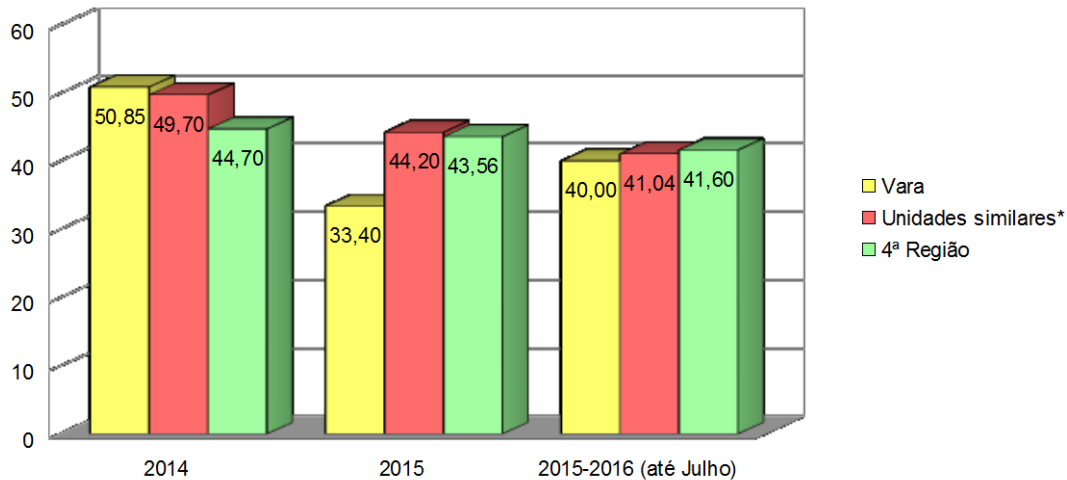
Dentre os tipos de solução, constatou-se uma queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 301 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 287 decisões, representando uma redução de 4,65%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares e que o resultado de todo o TRT, em que houve aumento de 9,69% e 7,56% na média de processos solucionados, respectivamente.

Da mesma forma, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 358, representando 50,85% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 169, correspondendo a 33,4% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,20%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.

Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 40%, resultado próximo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 ( até 31.07)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes do período anterior</b>	65	144	121,54%	159	10,42%
<b>Iniciadas</b>	229	234	2,18%	120	-48,72%
<b>Encerradas</b>	146	217	48,63%	157	-27,65%
<b>Pendentes</b>	<b>144</b>	<b>159</b>	<b>10,42%</b>	<b>116</b>	<b>-27,04%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	3	0	-100,00%	0	Não aplicável

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 144, em 2014, para 159, em 2015, importando em uma elevação de 10,42%. Esse percentual foi inferior à média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo aumento foi de 14,08%, mas superior ao índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%.

Um dos principais motivos para essa elevação foi o número de liquidações iniciadas ter superado o número de liquidações encerradas na Unidade no ano de 2015, associado ao aumento do número de processos pendentes no período anterior.

No período de janeiro a julho de 2016, houve recuo de 43 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 27,04%, índice qualitativamente superior ao das unidades similares à correccionada, que apresentou aumento de 16,05 %, bem como à



média regional no período, que diminui 4,99%, conforme explicitado no gráfico que segue:

Variação dos processos pendentes na fase de liquidação		
	2014-2015	2015-2016 (até julho)
São Gabriel – 01ª Vara	10,42%	-27,04%
Unidades similares*	14,08%	16,05%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-4,99%

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
São Gabriel – 01ª Vara	63,76%	92,74%	45,45%	130,83%	41,08%
Unidades similares*	78,55%	88,33%	12,45%	82,92%	-6,13%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	93,01%	5,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 92,74% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 45,45% em relação ao índice do ano anterior. Com isso, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,41 e 4,31 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
São Gabriel – 01ª Vara	49,66%	57,41%	15,60%	56,27%	-1,98%
Unidades similares*	58,74%	59,16%	0,72%	45,23%	-23,55%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	45,97%	-15,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara Trabalho de São Gabriel em 2015 foi de 57,41% do número total de liquidações a encerrar – resultado 15,6% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação



processual em 1,75 pontos percentuais, mas superou à média geral do TRT4 em 3,09 pontos percentuais.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

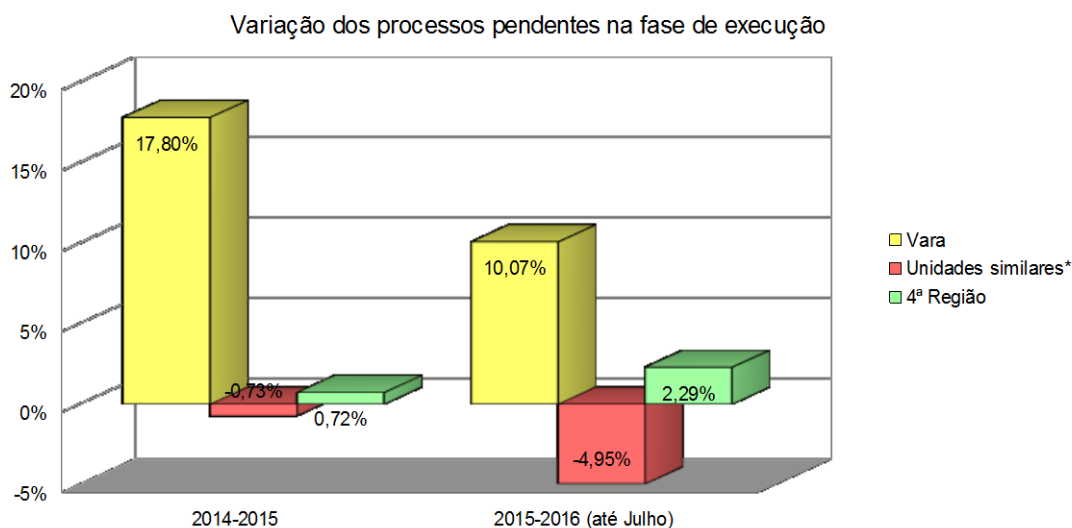
#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	191	245	28,27%	173	-29,39%
	Desarquivadas para prosseguimento	426	201	-52,82%	4	-98,01%
Saídas	Encerradas	175	216	23,43%	114	-47,22%
	Arquivadas Provisoriamente	38	27	-28,95%	22	-18,52%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	3	2	-33,33%	2	0,00%
	Demais	233	276	18,45%	304	10,14%
	<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>278</b>	<b>17,80%</b>	<b>306</b>	<b>10,07%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		521	337	-35,32%	357	5,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara Trabalho de São Gabriel subiu de 236 para 278 processos, o que corresponde a uma elevação de 17,8% em relação ao ano anterior. Esse índice vai ao encontro da tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, que registrou uma elevação de 0,72% em seu acervo médio (ainda que em patamar muito inferior). Os principais fatores a contribuir para essa elevação foi o aumento de 28,27% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, associado ao aumento de 18,45% nos processos pendentes no ano, categoria “Demais”.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2016 apontam novo aumento no estoque de processos pendentes na fase de execução, de 10,07%, resultado qualitativamente inferior à média das unidades de porte semelhante, que apresentou redução de 4,95%, e à média regional no mesmo período, que avançou apenas 2,29%, conforme gráfico que segue.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
São Gabriel – 01ª Vara	91,62%	88,16%	-3,78%	65,90%	-25,26%
Unidades similares*	88,02%	101,03%	14,78%	93,88%	-7,07%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	70,07%	-12,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 88,16% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 3,78% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 12,86 pontos percentuais, mas superior à média geral do TRT4 em 8,13 pontos percentuais.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
São Gabriel – 01ª Vara	13,22%	21,56%	63,09%	14,47%	-32,89%
Unidades similares*	14,30%	29,38%	105,47%	14,64%	-50,15%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	10,23%	-33,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]



Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas Vara Trabalho de São Gabriel em 2015 foi de 21,56% do número total de execuções a encerrar – resultado 63,09% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho, contudo, foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 7,82 pontos percentuais, mas ficou acima da média geral do TRT4 em 6,17 pontos percentuais.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	96	118	22,92%	98	-16,95%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	76	85	11,84%	48	-43,53%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	<b>801</b>	<b>823</b>	<b>2,75%</b>	<b>846</b>	<b>2,79%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara Trabalho de São Gabriel, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 05.09.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **01 processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedores inscritos no BNDT, conforme apontamento abaixo:

1	Processo nº 0000162-49.2010.5.04.0861
	<b>Situação processual:</b> Em 1-6-2016 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Comércio de Bebidas Scheffer Ltda., Nestor Linhares Scheffer, Willian Oliveira Scheffer e Comercial de móveis Scheffer Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.09.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	71	83	3	32	34	0	17	14	3
<b>Antecipações de tutela</b>	207	209	1	44	45	0	22	10	12
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	4	3	0	11	6	4	1	2	3
<b>Embargos à execução</b>	18	20	5	15	14	5	42	38	9
<b>Embargos à arrematação</b>	2	4	0	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	0	0	2	1	3	0	3	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>	<b>319</b>	<b>11</b>	<b>103</b>	<b>102</b>	<b>9</b>	<b>85</b>	<b>67</b>	<b>27</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 103 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 65,89% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 68,03% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 319 para 102; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 caiu de 11 para 09 processos.

Destaca-se, por fim, que em 31.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 27 processos, saldo 3 vezes superior ao do final do período anterior. As antecipações de tutela eram a espécie que correspondia à maior parte (44,44%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, não foram constatados incidentes apresentados há mais de seis meses e que não estão adequadamente solucionados no sistema inFOR por conta de erros de lançamento ou ausência da solução adequada no sistema.





## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Média Sumaríssimo</b>	82,13	336,31	309,47%	60,31	-82,07%
	<b>Média Ordinário</b>	235,78	442,33	87,60%	285,43	-35,47%
	<b>Média Geral</b>	<b>207,58</b>	<b>432,17</b>	<b>108,19%</b>	<b>255,19</b>	<b>-40,95%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

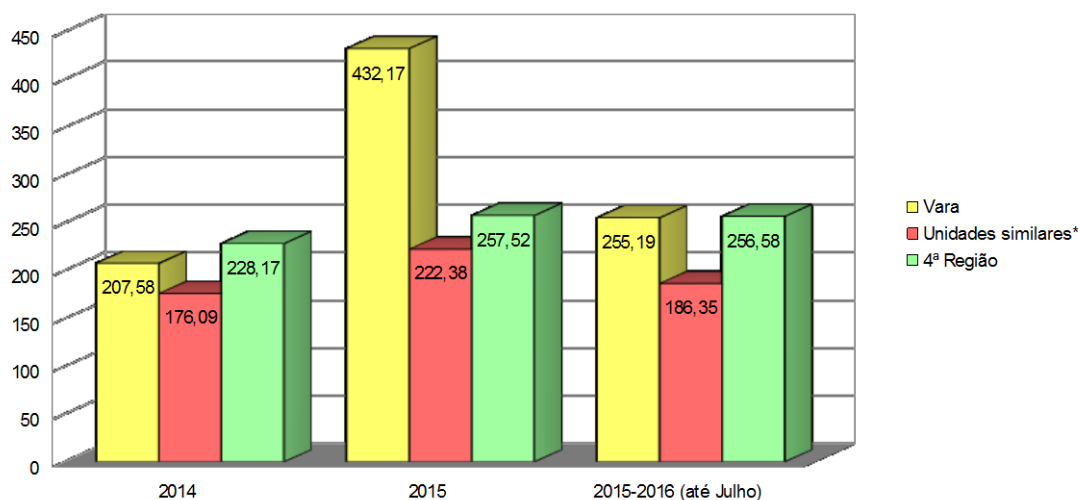
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara Trabalho de São Gabriel apresentou uma elevação de 108,19%, passando de 207,58 para 432,17 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 309,47% em relação à média do ano anterior, passando de 82,13 para 336,31 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 442,33 dias, 87,6% maior na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e julho de 2016 apontam uma queda de 40,95% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 94,34% maior (209,79 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 67,82% maior (174,65 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando a diferença verificada no ano de 2014.

Todavia, os dados de janeiro a julho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi reduzido, ficando 36,94% maior (68,84 dias) que o das demais Unidades Similares, mas 0,54% menor que o prazo médio apurado em toda a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	137,2	122,61	-10,64%	104,33	-14,90%
	Média Ordinário	150,45	185,61	23,37%	230,82	24,36%
	Média Geral	<b>148,43</b>	<b>176,07</b>	<b>18,62%</b>	<b>225,83</b>	<b>28,26%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

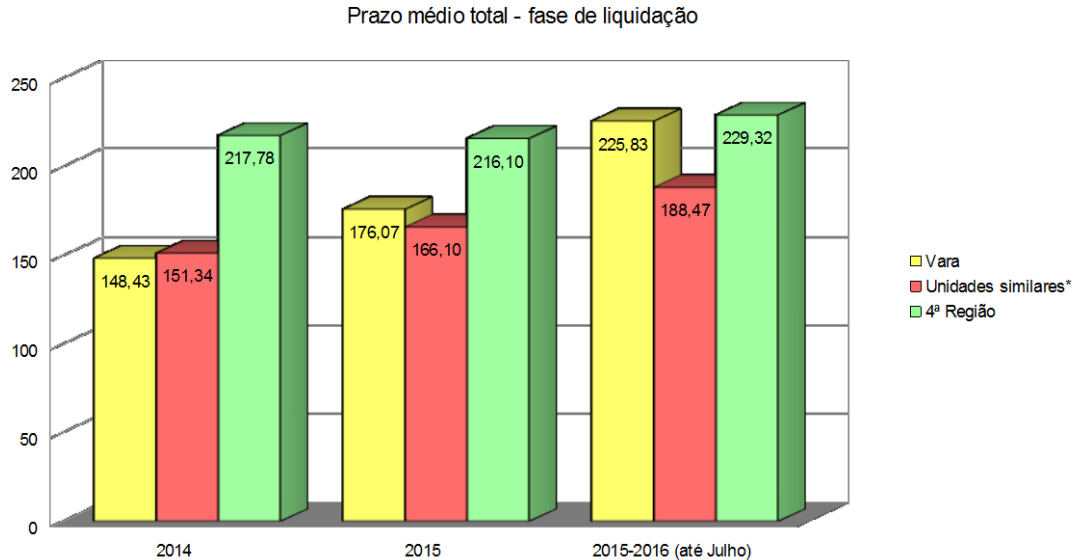
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 122,61 dias, o que equivale a uma redução de 10,64% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 185,61 dias, 23,37% maior na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a julho, apontam uma tendência de elevação do prazo médio total entre o início e o encerramento da liquidação, de 28,26%.

Apesar da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 6% maior (9,97 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas 18,52% menor (40,02 dias) que a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do período de janeiro a julho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 19,82% maior (37,36 dias) que o das



demais Unidades Similares e 1,52% menor que o de toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



#### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	283,59	336,31	18,59%	398,44	18,47%
	Média Ente público	305,20	261,27	-14,39%	434,50	66,30%
	Média Geral	<b>285,03</b>	<b>331,75</b>	<b>16,39%</b>	<b>399,13</b>	<b>20,31%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

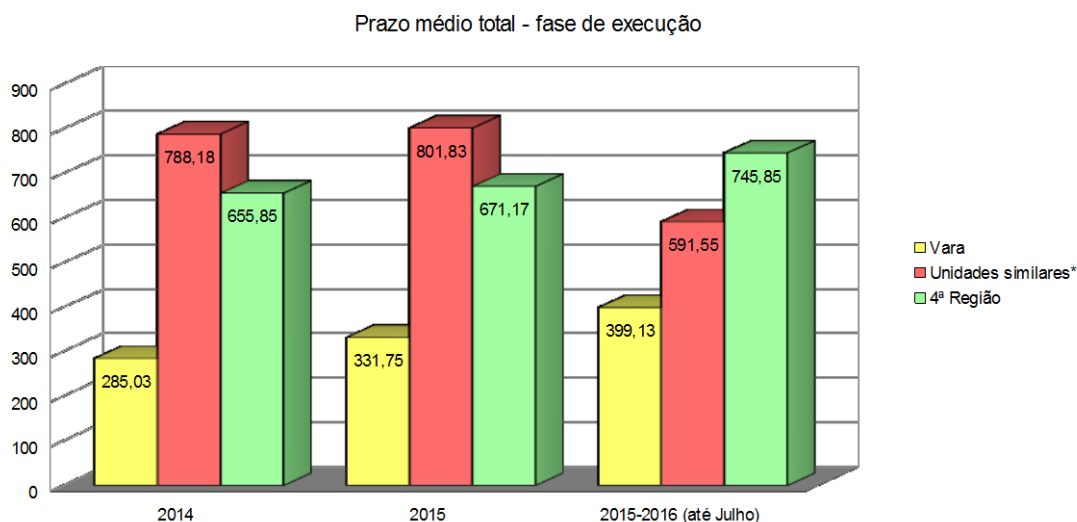
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 283,59 dias, em 2014, para 336,31 dias, em 2015. De janeiro a julho de 2016, a média aumentou para 398,44 dias, prazo 18,47% maior que o do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 305,20 dias, em 2014, para 261,27, em 2015. Todavia, nos primeiros sete meses de 2016, o lapso de tramitação avançou para 434,5 dias, o qual equivale a um aumento 66,30% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara Trabalho de São Gabriel foi, em 2015, 58,63% menor (470,08 dias) que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 50,57% menor (339,42 dias) à média de toda a 4ª Região.



Finalmente, verifica-se que nesses sete primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 32,53% menor (192,42 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 46,49% menor (346,72 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
401	506	126,18%	Meta Cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
406	403	99,26%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ
-----------------



Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
238	377	158,40%	Meta cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
3	3	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	8	9
Estado do Rio Grande do Sul	2	4
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	3	4
União	0	0
OI S.A.	1	1
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	7	1
Caixa Econômica Federal - CEF	1	5
Banco do Brasil S.A.	11	4
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
33	28	-15,15%	Meta cumprida

**5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**



a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	207,58	432,17	205,51	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	192	358	275	169	278	Meta não cumprida

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2016	Solucionados até 31/07/2016	%	Resultado parcial (até 31.07)
260	275	105,77%	Indicativo de cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.07	%	Resultado parcial (até 31.07)
372	367	98,66%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.



META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.07)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.07)
Total de acordos	192	358	275	110	281	Indicativo de não cumprimento da meta
Média mensal de acordos	16	29,83	22,92	15,71	23,42	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.07)
173	120	69,36%	Indicativo de não cumprimento da meta

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.07.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	9	12
União	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	4	5



Caixa Econômica Federal - CEF	5	2
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	4
OI S.A.	1	1
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	14	14
Claro S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	3	5

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.07)	Percentual atingido	Resultado
40	43	7,50%	Indicativo de não cumprimento da meta

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição das sessões é bastante variável. No dia da correição, a pauta da semana estava especificada conforme quadro abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>		7(I) 1(U)	3(I) 1(P)		
<b>Tarde</b>		3(I) 1(U) 3 (P)	5(I) 1(U) 3 (P)		

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 26.09.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

Não são designadas audiências nos meses de janeiro e agosto, em razão das férias do juiz titular.

Todos os processos são incluídos em pauta pela secretaria. Ocorre a inclusão de processos na fase de execução muito raramente, normalmente quando há pedido das partes. São poucos os processos distribuídos pelo Rito





Sumaríssimo. As Cartas Precatórias são incluídas em pauta nos horários dos prosseguimentos.

Quando há necessidade, são marcadas pautas às quintas-feiras.

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	09.11.2016		22.11.2016	
Una Sumaríssimo	09.11.2016		22.11.2016	
Instrução	15.03.2017		14.02.2017	

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 26.09.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	58,78	43,45	-26,07%	46,47	6,94%
	Média Ordinário	65,88	50,19	-23,81%	54,42	8,42%
	Média Geral	<b>64,68</b>	<b>49,35</b>	<b>-23,70%</b>	<b>53,26</b>	<b>7,92%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de dias 58,78, em 2014, para 43,45 dias, em 2015 (queda de 26,07%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 65,88 dias, em 2014, para 50,19 dias, em 2015 (queda de 23,81%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a julho, apontam elevação de 6,94% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 8,42% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que o prazo médio para marcação das audiências iniciais confirma o prazo apontado pelo Sistema e-Gestão.

## 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)
-------------------------



		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	23,03	7,08	-69,27%	17,39	145,78%
	Média Ordinário	169,97	190,24	11,92%	112,42	-40,90%
	Média Geral	152,74	180,9	18,44%	98,42	-45,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 23,03 dias, em 2014, para 7,08 dias, em 2015 (queda de 69,27%). Todavia, o rito ordinário registrou crescimento da média de 169,97 dias em 2014, para 190,24 dias, em 2015 (aumento de 11,92%). Nos sete primeiros meses de 2016, houve registro de redução de 45,59% na média geral.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que o prazo médio para marcação das audiências de prosseguimento é superior ao apontado pelo Sistema e-Gestão no ano de 2016.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Eduardo Duarte Elyseu	347	309	50	21	727
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>309</b>	<b>50</b>	<b>21</b>	<b>727</b>

2016 (até 31.07)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Eduardo Duarte Elyseu	230	150	42	30	452
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>150</b>	<b>42</b>	<b>30</b>	<b>452</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos



magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Eduardo Duarte Elyseu	167	282	4	453	37	490
Jorge Fernando Xavier De Lima	-	0	0	0	1	1
Juliana Oliveira	-	1	0	1	-	1
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	12	12
Rita De Cássia Da Rocha Adão	2	0	0	2	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>	<b>283</b>	<b>4</b>	<b>456</b>	<b>50</b>	<b>506</b>

2016 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Edson Pecis Lerrer	-	1	0	1	-	1
Eduardo Duarte Elyseu	109	127	12	248	22	270
Gustavo Jaques	-	0	0	0	1	1
Juliana Oliveira	-	1	0	1	-	1
Rita De Cássia Da Rocha Adão	1	0	0	1	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>129</b>	<b>12</b>	<b>251</b>	<b>24</b>	<b>275</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.09.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

As informações da tabela abaixo foram extraídas do Projeto BI TRT4 em 19.09.2016.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Eduardo Duarte Elyseu	Processos de Cognição	64



Juiz Eduardo Duarte Elyseu	Embargos à execução	01
<b>Total: 65 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 19.09.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da correção 07.08.2016)

\* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correção.

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS**

Na data da inspeção estavam sendo expedidas as notificações e os ofícios determinados nos dias 21 e 22 de setembro, nos processos físicos. Nos eletrônicos, notificações e ofícios são cumpridos assim que assinados os despachos.

Os processos destinados à Procuradoria Regional Federal são remetidos para a sede de Uruguaiana todas as sextas-feiras.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs**

Mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs são cumpridos em uma semana. Os mandados são assinados pelo Diretor, em razão da existência de Portaria autorizando sua assinatura.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás são expedidos assim que assinados os despachos que os determinam. Se o juiz não comparecer na unidade e for urgente, os alvarás são feitos no módulo de despacho e assinados eletronicamente.

### **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

A unidade recebe entre 30 e 40 petições por dia, em média. A minuta de despacho é feita no dia posterior ao recebimento do protocolo.

### **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

Na data da inspeção estava sendo certificado o prazo de 21 de setembro, nos processos físicos. O normal é que o prazo vencido seja certificado em 5 dias. Tal intervalo é menor no PJe, sistema em que o prazo é certificado tão logo vencido.

### **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Há remessa de processos ao TRT todas as semanas.

### **7.7 CONVÊNIOS**

A unidade utiliza o BacenJud, o Renajud e o Infojud com frequência. O diretor começou a usar o Serasajud em agosto. Ele e seu substituto tem acesso aos convênios; o Infojud é acessado por todos os servidores para pesquisar número de CNPJ e CPF, mas não para fazer a restrição.



## 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O andamento de “arquivado” é dado logo após a assinatura do despacho. Contudo, os processos são remetidos ao arquivo de forma quinzenal ou mensal.

## 7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade não tem nenhuma execução reunida.

## 7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Ocorre a inscrição no BNDT após o resultado negativo do BacenJud e dos outros convênios. A retirada é feita após o pagamento da dívida e determinada no despacho que extingue a execução.

## 7.11 EXAME DOS LIVROS

### 7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000024-48.2011.5.04.0861	26.08.2016
2	0000233-80.2012.5.04.0861	08.09.2016
3	0000029-36.2012.5.04.0861	09.09.2016
4	0000145-08.2013.5.04.0861	13.09.2016
5	0013200-07.2005.5.04.0861	14.09.2016
6	0018200-46.2009.5.04.0861	14.09.2016
7	0021600-10.2005.5.04.0861	14.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho da Unidade, sobretudo por meio da expedição de despachos e notificações, para a cobrança e devolução desses processos.

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000035-38.2015.5.04.0861	07.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

### 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	861-00125/16	0000384-80.2011.5.04.0861	22.04.2016



2	861-00110/16	0000289-45.2014.5.04.0861	02.05.2016
3	861-00169/16	0000385-31.2012.5.04.0861	17.06.2016
4	861-00182/16	0000525-94.2014.5.04.0861	23.08.2016
5	861-00187/16	0000090-13.2013.5.04.0811	23.08.2016
6	861-00193/16	0000277-94.2015.5.04.0861	23.08.2016
7	861-00195/16	0000107-93.2013.5.04.0861	23.08.2016
8	861-00240/16	0000276-12.2015.5.04.0861	02.09.2016
9	861-00198/16	0026500-31.2008.5.04.0861	05.09.2016
10	861-00216/16	0000398-30.2012.5.04.0861	08.09.2016
11	861-00251/16	0000464-44.2011.5.04.0861	12.09.2016
12	861-00265/16	0000174-87.2015.5.04.0861	15.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria, o único Oficial de Justiça da unidade encontra-se em licença para tratamento de saúde, razão pela qual os mandados estão com prazo excedido.

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, foram analisados 08 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 21.09.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **110 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

<b>1</b>	<b>Processo nº 0011700-76.2000.5.04.0861</b>
<b>Fase:</b> Liquidação	
<b>Aspectos Gerais dos autos:</b> ausência de informação imprescindível nos termos de cargas, porquanto não consignados os prazos para devoluções, consoante pode ser verificado às fls.236, 246, 256, 260, 270, 278, 287 (Art. 53,VI, da CPCR).	
<b>Movimentação Processual:</b> Demora no impulso processual:	
1) Demora no impulso processual: esgotado o prazo de 120 dias deferido (fl.227), o processo permaneceu sem movimentação por mais 40 dias; determinada expedição de ofício a 1ª Vara Cível, em 9-3-2016, este somente foi expedido em 1º-4-2016.	
2) Demora no impulso processual: processo sem movimentação por mais de 60 dias após transcorrido o prazo de 90 dias solicitado pela autora (fls.283 e 285).	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000070-66.2013.5.04.0861</b>



**Fase:** Execução.

**Aspectos Gerais dos Autos:** ausência de informação imprescindível nos termos de cargas, porquanto não consignados os prazos para devoluções, consoante pode ser verificado às fls. 100, 105, 123, 132 (Art. 53,VI, da CPCR).

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

3

Processo nº 0000427-12.2014.5.04.0861

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ausência de informação imprescindível nos termos de cargas, porquanto não consignados os prazos para devoluções, consoante pode ser verificado às fls. 144, 184, 202 (Art. 53,VI, da CPCR). Recibos juntados após os documentos aos quais se referem (fls. 116, 153, 197)

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

4

Processo nº 0000657-54.2014.5.04.0861

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 232, 234, 236, 264, 286, 298, 347, 364), em desatendimento ao artigo 101 da CPCR. Certidões das fls. 271 v.,336 v. e 395 v., não observaram o que determina o artigo 96 da CPCR. Ausência de informação imprescindível nos termos de cargas, porquanto não consignados os prazos para devoluções, consoante pode ser verificado às fls.237, 260, 261, 262, 341, em desatendimento ao art. 53, VI, da CPCR.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: processo sem movimentação processual por mais de 30 dias (fls.305, 307, 371, 373, 386, 388).

5

Processo nº 0000690-44.2014.5.04.0861

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 92, 240, 244, 247, 281, 310, 330), em desatendimento ao artigo 101 da CPCR. Certidão da fl. 93 v., não observa o que determina o artigo 96 da CPCR. Publicada sentença sem a certidão de que trata o artigo 97 da CPCR. Ausência de informação imprescindível nos termos de cargas, porquanto não consignados os prazos para devoluções, consoante pode ser verificado às fls.269, 284, 294, 311.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

6

Processo nº 0000577-27.2013.5.04.0861

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Não observado o artigo 106 da CPCR, quando do envio dos autos a este Tribunal (conferência e regularização formal).

**Movimentação Processual:** Nada a apontar.

7

Processo nº 0000260-97.2011.5.04.0861

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Não observado o artigo 106 da CPCR, quando do envio dos autos a este Tribunal (conferência e regularização formal). Ausência de informações imprescindíveis nos termos de cargas: não constam os prazos para devoluções dos autos, tampouco o número de volumes (art. 53, V e VI, da CPCR). Carta precatória numerada em desacordo com o que determina o artigo 66 da CPCR.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: transcorridos mais de 30 dias entre a data de recebimento da carta precatória e o despacho que determinou sua restituição ao juízo deprecado.

8

Processo nº 0000189-61.2012.5.04.0861



**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Ausência de informações imprescindíveis nos termos de cargas: não constam os prazos para devoluções dos autos (art. 53, VI, da CPC).

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: entre a data do despacho da fl. 355, determinando o aguardo de 60 dias para o cumprimento da carta precatória e a data da certidão da fl. 357, informando o seu andamento, transcorreram mais de 90 dias, em desatendimento ao estipulado no artigo 86 da CPC.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

Não foram encontradas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 21.09.2016.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, ocorre a liberação do depósito recursal depois de liquidada a sentença. O valor do depósito é abatido da conta e o mandado de citação é feito pelo valor líquido. É liberado o valor do depósito recursal apenas após a citação do reclamado.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que o Juiz determina a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada e a realização de consulta ao sistema BacenJud concomitantemente. A consulta ao Bacen é efetivada primeiro.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 08.10.2015.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 23.09.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de São Gabriel contava com 310 processos na fase de conhecimento, 4 processos na fase de liquidação, 19 processos na fase de execução e 135 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com Petições Avulsas	1
Processos com pedido liminar ou antecipação de tutela não apreciado	2
Processos com petições não apreciadas	6
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	1
Processos com audiências não designadas	4

Pasta	Quantidade total de Processos	Subpasta	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	66	2016- mês 10 – 11 a 15	0020002-35.2016.5.04.0861	25.02.2016
Aguardando Término dos Prazos	35	-	0020142-69.2016.5.04.0861	15.08.2016
Análise do Conhecimento	6	p/RPHP	0020151-31.2016.5.04.0861	13.09.2016
Minutar sentença	52	-	0020015-68.2015.5.04.0861	03.05.2016
Aguardando Cumprimento de Providência -Liq	2	2016-mês 10-11 a 15	0020009-61.2015.5.04.0861	21.09.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	1	-	0020061-23.2016.5.04.0861	08.09.2016



<b>Prazos vencidos - Liq</b>	1	-	0020164-30.2016.5.04.0861	09.09.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência – Exec</b>	3	2016-mês 09 -06 a 10	0020084-66.2016.5.04.0861	26.07.2016
<b>Aguardando término dos prazos</b>	11	-	0020038-14.2015.5.04.0861	10.08.2016
<b>Prazos Vencidos</b>	2	-	0020313-26.2016.5.04.0861	15.09.2016

## 9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos no dia 24.08.2016:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0020059-53.2016.5.04.0861</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – na audiência de instrução, realizada em 29.06.2016 (ID 283960e), foi determinado o encerramento da instrução. Não houve designação de nova data para audiência. Todavia, o processo permanece na pasta de tarefa “ <i>aguardando audiência</i> ” desde 31.03.2016.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0020061-23.2016.5.04.0861</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre despacho proferido em 03.08.2016 (ID f908f6b), determinando a notificação por Oficial de Justiça, e cumprimento efetivado em 15.08.2016 (ID 911fb5d).	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0020038-14.2015.5.04.0861</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre apresentação de petição pelo reclamante em 08.07.2016 (ID 5092f5b), requerendo a execução de multa por descumprimento de obrigação de fazer, e despacho subsequente proferido em 08.08.2016 (ID 27c4cd2).	



O trabalho na unidade é organizado por tarefa. Na maioria dos casos o servidor que faz determinada atividade nos processos físicos faz a mesma atividade nos processos eletrônicos. Todos os servidores atuam no PJe, ainda que alguns realizem atividades mais simples que outros.

Nos processos examinados, constantes da tabela supra, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação ao cumprimento de prazos.

Por fim, verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

## **11 OUVIDORIA**

Constam na Ouvidoria deste TRT 02 expedientes relativos à Vara do Trabalho durante o período correccionado: ambos no ano de 2015, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	2799/2015	0000090-13.2013.5.04.0811
	1394/2015	0000280- 20.2013.5.04.0861

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O processo judicial eletrônico foi instalado na unidade em 08.10.2015. Na data da correição, portanto, fazia praticamente 01 ano desde a sua instalação. Nesse período, os processos eletrônicos já respondem por 32% do acervo da unidade; os físicos, pelos 68% restantes.

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 501 a 750 processos por ano. Seu acervo tem se mantido enxuto, inclusive registrando queda desde o ano de 2014 (15,5% no período compreendido entre 31.12.2014 e 31.07.2016). A fase de conhecimento foi a que mais se reduziu em número de processos: eram 408 processos pendentes de solução em 2013 e 270 no final de julho de 2016. Isso se deve, basicamente, à diminuição no número no número de casos novos e também nos processos pendentes do ano anterior. Chama a atenção que nos processos físicos pendentes de solução, no ano de 2016, e excluídos os processos que aguardam a primeira audiência, 42% dos processos estejam conclusos com o juiz para prolação de sentença.



Entre 2014 e 31.07.2016, o estoque de execuções pendentes na Vara Trabalho de São Gabriel subiu em percentual superior à tendência apresentada na 4ª Região no mesmo período.

O prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença é bem superior ao das unidades similares e ao do TRT4.

Na fase de execução o prazo médio de tramitação vem aumentando consideravelmente: 285,03 dias em 2014 e 399,13 dias em 31.07.2016. Contudo, ainda assim o prazo da unidade é menor do que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média de toda a 4ª Região.

Em 2015, o percentual de processos solucionados pela realização de acordo na fase instrutória foi inferior ao das unidades similares, situação que vem se confirmando no ano de 2016.

Quanto à pauta, os horários livres para a realização das audiências de prosseguimento estão dentro do prazo, mas os horários livres para a realização de audiências iniciais não, estão além do esperado. Tal situação deve ser solucionada, especialmente por se tratar de unidade com baixa movimentação processual.

Em relação às metas do ano de 2015, verifica-se que aquelas relativas à redução do prazo médio da fase de conhecimento e ao aumento de conciliações nessa fase não foram atingidas pela unidade.

Na análise dos andamentos dos processos físicos não foram constatadas práticas irregulares da unidade, o que deve ser elogiado. Também nos processos eletrônicos observou-se uma excelente gestão dos processos em tramitação, com boa organização das pastas e facilidade de visualização.

Na inspeção se pode verificar as excelentes instalações da unidade, com amplo espaço físico, possibilitando a boa organização dos arquivos e a boa disposição das mesas.

Em relação ao quadro de pessoal, a unidade está com a lotação completa e há baixa rotatividade de servidores. Como há um único Oficial de Justiça da unidade, a vara sofreu bastante com o afastamento de tal servidor por motivo de doença, por 2 meses. Nesse período, os mandados urgentes foram cumpridos pelo assistente do diretor de secretaria. A vara conta com o auxílio de um estagiário, mas há pouco tempo. Segundo o diretor, em razão de os estagiários só terem acesso aos processos físicos, não tem interesse em ter mais um deles, ainda que os processos físicos continuem sendo a maior parte dos processos ativos. Requereu a nomeação de mais um Oficial de Justiça, tendo destacado que só há problemas (atraso) em razão nas férias do atual OJ ou, eventualmente, como ocorreu nesse ano, nas licenças saúde. Elogiou a equipe, tendo destacado a dedicação e a responsabilidade dos servidores na realização de suas tarefas.

A unidade tem o trabalho organizado por tarefa e, no geral, os servidores fazem as mesmas atividades nos processos físicos e eletrônicos. Não houve qualquer resistência dos servidores ao uso do PJe, segundo o diretor, mas há muitas reclamações em relação à dificuldade para expedição de notificações

Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam bom nível de organização da Vara do Trabalho de São Gabriel, situação que foi confirmada durante a inspeção.



A Unidade merece ser parabenizada pelos resultados obtidos, pelo comprometimento e condução do trabalho pelo Diretor de Secretaria Valério Ubirajara Godinho Teixeira Torres e pelo empenho dos servidores. Cabe ressaltar o clima amistoso encontrado entre os servidores, o que contribui para o bom andamento do trabalho.

### **13 RECOMENDAÇÕES**

#### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

#### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, tendo em vista o indicativo de não cumprimento da meta.

#### **ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)**

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não sejam excedidos o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

#### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)**

Observe a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) como forma de evitar a ocorrência da situação observada no processo nº 0020059-53.2016.5.04.0861, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta.



- b) observe os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, bem como aprecie, com brevidade, as petições protocoladas.

## **14 DETERMINAÇÕES**

### **14.1. SECRETARIA**

#### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **no processo n. 0000162-49.2010.5.04.0861**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

#### **ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargos vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

#### **ITENS 7.11.3 (Mandados com prazo vencido há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no itens 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para tal fim.

**Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas ou motivo para o não cumprimento, bem como registrado no sistema informatizado a dilatação do prazo deferida.**

#### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) ao preencher os termos de carga, registre todas as informações consideradas imprescindíveis, especialmente no que concerne a data de devolução dos autos, conforme disposto no art. 53, parágrafo único, da CPCR; para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº



0011700-76.2000.5.04.0861, 0000070-66.2013.5.04.0861, 0000427-12.2014.5.04.0861, 0000657-54.2014.5.04.0861, 0000690-44.2014.5.04.0861, 0000260-97.2011.5.04.0861, 0000189-61.2012.5.04.0861;

b) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando sempre a ordem cronológica dos lançamentos de acordo com a previsão do art. 101, parágrafo único, da CPCr; evitando ocorrências como as relatadas nos processos de nº 0000427-12.2014.5.04.0861, 0000657-54.2014.5.04.0861, 0000690-44.2014.5.04.0861;

c) atente para o que dispõe o Art. 96 da CPCr quanto aos registros e certidões nos autos para evitar situações como as constatadas nos processos de nº 0000657-54.2014.5.04.0861, 0000690-44.2014.5.04.0861;

d) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCr, evitando situações como a verificada no processo nº 0000690-44.2014.5.04.0861;

e) observe o que dispõe o artigo 106 da CPCr para evitar situações como as constatadas nos processos de n. 0000577-27.2013.5.04.0861, 0000260-97.2011.5.04.0861;

f) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCr. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência, devem ser evitados procedimentos como os verificados no processo 0000260-97.2011.5.04.0861;

g) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 30 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos de nº 0011700-76.2000.5.04.0861, 0000657-54.2014.5.04.0861, 0000260-97.2011.5.04.0861, 0000189-61.2012.5.04.0861.

## 14.2 MAGISTRADOS

### ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que o Juiz Titular profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correção, listados ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

O magistrado deverá informar a essa Vice-Corregedoria, **em dez dias, caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

### 15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste



Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice\_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

O Juiz Eduardo Duarte Elyseu deverá atender às determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

## **16 PRESENÇAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular Eduardo Duarte Elyseu, o Diretor de Secretaria Valerio Ubirajara Godinho Teixeira Torres e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de São Gabriel, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho/às Unidades Judiciárias desse Foro. Ninguém compareceu.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Eduardo Duarte Elyseu, pelo Diretor Valerio Ubirajara Godinho Teixeira Torres e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**





**ANEXO 01**

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO

**Juiz Eduardo Duarte Elyseu – Processos de Cognição (69 processos)**

0000129-83.2015.5.04.0861  
0000611-65.2014.5.04.0861  
0000147-07.2015.5.04.0861  
0000242-37.2015.5.04.0861  
0000177-42.2015.5.04.0861  
0000261-43.2015.5.04.0861  
0000273-57.2015.5.04.0861  
0000272-72.2015.5.04.0861  
0000285-71.2015.5.04.0861  
0000299-55.2015.5.04.0861  
0000267-50.2015.5.04.0861  
0000149-74.2015.5.04.0861  
0000183-49.2015.5.04.0861  
0000255-70.2014.5.04.0861  
0000302-10.2015.5.04.0861  
0000324-68.2015.5.04.0861  
0000186-04.2015.5.04.0861  
0000190-41.2015.5.04.0861  
0000244-07.2015.5.04.0861  
0000263-13.2015.5.04.0861  
0000268-35.2015.5.04.0861  
0000281-34.2015.5.04.0861  
0000351-51.2015.5.04.0861  
0000337-67.2015.5.04.0861  
0000357-58.2015.5.04.0861  
0000148-89.2015.5.04.0861  
0000341-07.2015.5.04.0861  
0000342-26.2014.5.04.0861  
0000255-36.2015.5.04.0861  
0000322-98.2015.5.04.0861  
0000132-38.2015.5.04.0861  
0000336-82.2015.5.04.0861  
0000259-73.2015.5.04.0861  
0000306-47.2015.5.04.0861  
0000310-84.2015.5.04.0861  
0000274-42.2015.5.04.0861



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0048400-75.2005.5.04.0861  
0020006-09.2015.5.04.0861  
0020015-68.2015.5.04.0861  
0020032-07.2015.5.04.0861  
0020020-90.2015.5.04.0861  
0020039-62.2016.5.04.0861  
0020037-29.2015.5.04.0861  
0020023-45.2015.5.04.0861  
0020063-27.2015.5.04.0861  
0020000-02.2015.5.04.0861  
0020052-95.2015.5.04.0861  
0020044-21.2015.5.04.0861  
0020042-51.2015.5.04.0861  
0020003-54.2015.5.04.0861  
0020058-05.2015.5.04.0861  
0020099-35.2016.5.04.0861  
0020045-06.2015.5.04.0861  
0020043-36.2015.5.04.0861  
0020026-63.2016.5.04.0861  
0020025-78.2016.5.04.0861  
0020089-25.2015.5.04.0861  
0020058-68.2016.5.04.0861  
0020035-25.2016.5.04.0861  
0020118-41.2016.5.04.0861  
0020051-13.2015.5.04.0861  
0020087-55.2015.5.04.0861  
0020038-77.2016.5.04.0861  
0020057-20.2015.5.04.0861

**Juiz Eduardo Duarte Elyseu - Embargos à execução (01 processos)**

0000352-75.2011.5.04.0861